

Brasil dá respostas firmes diante das intimidações

No STF, Moraes chamou de “milicianos” os que atacam o país

Por Karoline Cavalcante

Em meio a atritos diplomáticos e ameaças de sanções por parte do governo dos Estados Unidos, liderado por Donald Trump (Republicano), o Brasil tem mantido uma postura firme. O governo norte-americano sinalizou a possibilidade de aplicar tarifas extras contra o país e até mesmo recorreu à Lei Magnitsky contra o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes. Como reação, a Suprema Corte Brasileira se posicionou em defesa da democracia e da soberania nacional.

Em contrapartida às reações no Brasil, Trump, nos EUA, adotou um tom mais ameno. O republicano afirmou que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) pode contatá-lo a qualquer momento para discutir conflitos entre os países. Em resposta, Lula reiterou que o Brasil sempre esteve aberto ao diálogo e destacou que quem define os rumos do país são os brasileiros e suas instituições.

Rupturas

Na abertura do ano judiciário, o presidente do STF, ministro Luís Roberto Barroso, fez uma reflexão sobre momentos históricos em que o Brasil enfrentou golpes e tentativas de rupturas institucionais, frisando a importância da Constituição de 1988, para garantir que não haja retrocessos. O ministro mencionou ainda que foi necessário um tribunal independente e atuante para evitar o colapso das instituições diante de episódios que acontecem desde 2019, como ataques à democracia e ao sistema eleitoral, além da invasão e depredação dos três Poderes da República em 8 de janeiro de 2023.

Prisão de Carla Zambelli expõe cenário complexo e incerto

Por Karoline Cavalcante

Com a decisão da Justiça italiana de manter a deputada federal Carla Zambelli (PL-SP) em cárcere, ela aguardará o desfecho do processo de extradição na penitenciária de Rebibbia, em Roma. Em entrevista ao Correio da Manhã, o professor de Relações Internacionais da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e da Fundação Armando Álvares Penteado (Faap) Vinícius Vieira avaliou que os desdobramentos do caso expõem uma dinâmica complexa e a ausência de respaldo imediato por parte das autoridades italianas — embora não descarte possíveis reviravoltas no cenário.

A decisão de manter a parlamentar presa foi tomada na última sexta-feira (1º), durante audiência de custódia realizada pela Quarta Seção do Tribunal de Roma. Zambelli havia deixado o Brasil em maio deste ano, após ser condenada a dez anos de prisão pela Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) — por falsidade ideológica e invasão de dispositivo informático qualificado por prejuízo econômico.

A condenação se refere ao seu envolvimento no planejamento do ataque aos sistemas eletrônicos do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), executado em 2023 pelo hacker Walter Delgatti. Após sua fuga, foi declarada foragida pela Justiça



Rosinei Coutinho/STF

Moraes: ações contra o Brasil agora assemelham-se à tentativa de golpe

Intimidação

Em seguida, o ministro Gilmar Mendes, decano da Corte, ressaltou, de forma firme, que o STF não se curva a intimidações e reafirmou o compromisso da instituição com a legalidade, a transparência e o devido processo legal.

Por fim, classificou as ameaças contra Moraes como “agressões injustas” e “reiteradas tentativas de intimidação”. “Vossa Excelência tem prestado um serviço fundamental ao Estado brasileiro, demonstrando prudência e assertividade na condução dos procedimentos instaurados para a defesa da democracia”, defendeu.

“Milicianos”

Ao discursar, Moraes fez referência, ainda que sem citar nomes, à atuação do deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP) nos Estados Unidos.

Ele traçou um paralelo entre as articulações internacionais promovidas pelo parlamentar e os atos golpistas de 8 de janeiro de 2023.

“O modus operandi é o mesmo. Incentivo a taxações ao Brasil, incentivo a crise econômica que gera crise social, que, por sua vez, gera crise política, para que, novamente haja uma instabilidade social e a possibilidade de um novo ataque. Ataque golpista”, declarou.

Em outro momento, o ministro classificou como “milicianos” os que defendem sanções internacionais contra autoridades brasileiras. “Aham que estão lidando com pessoas da laia deles. Aham que estão lidando também com milicianos, mas não estão. Estão lidando com ministros da Suprema Corte brasileira”, iniciou.

Ações penais

Para Joaquim Pedro de Medeiros Rodrigues, Mestre em Direito Constitucional e Procurador de Prerrogativas da Associação Brasileira dos Advogados Criminalistas do Distrito Federal (Abracrim-DF), a ação do STF buscou defender sua independência frente às ações externas, “assegurando a continuidade dos processos penais em curso”.

O advogado Rodolfo Tamaña, professor de Direito Público da Faculdade Presbiteriana Mackenzie Brasília (FPMB) comentou sobre a gravidade da aplicação da Lei Magnitsky. Segundo ele, embora a medida funcione como uma espécie de “orientação geral” para as empresas, são elas que, na prática, decidem pela exclusão de serviços ao magistrado — o que gera um grande constrangimento.

elo para influenciar o governo italiano, possivelmente através de Matteo Salvini, um político de extrema-direita e aliado da primeira-ministra”, explicou.

Extradição

Na quinta-feira (31), a Advocacia-Geral da União (AGU) anunciou que tomará “todas as providências cabíveis e necessárias” para concluir o pedido de extradição, após determinação de Moraes.

Para o advogado criminalista Guilherme Gama — mestre em Direito e Processo Penal e professor universitário —, a decisão da Justiça italiana demonstra que os juízes identificaram fundamentos para a custódia cautelar, ou seja, reconheceram riscos como possível fuga ou dificuldade de localização, justificando a manutenção da prisão durante o processo. No entanto, o processo de extradição na Itália é rigoroso e, muitas vezes, demorado.

“Primeiro, o tribunal analisa se o processo brasileiro foi legal e respeitou os direitos fundamentais da condenada. Depois, avalia se não há caráter de perseguição política no caso. Só após essa fase jurídica, houver sinal verde, o governo italiano avalia politicamente se autoriza a entrega. Ou seja, mesmo com a prisão, estamos apenas no início de uma maratona que pode durar meses ou anos”, afirmou. Gama explica que a tramitação segue um rito diplomático.

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA

Alex Silva/Divulgação



Almeida revisita a cabeça da população

Esquerda, direita e a dificuldade brasileira

A nova edição de “A cabeça do brasileiro” (Difel), do cientista político Alberto Carlos Almeida, desafia algumas supostas certezas afirmadas entre nós. Mostra que apesar da polarização, boa parte dos brasileiros não sabe conceitar esquerda e direita. Mais: os percentuais aumentaram entre 2002 (quando foi feita a pesquisa em que se baseou o primeiro livro) e 2022/2023.

Há 20 anos, 23% disseram não saber o que era ser de esquerda — o percentual subiu para 47%. Em relação a ser de direita, o desconhecimento era de 21% e passou para 46%. Isso, porém, não impediu que, no período, o número de adultos que se disseram à esquerda subisse de 22% para 29%; os à direita, de 39% para 43%. Os de centro caíram de 39% para 28%.

Percepções

Almeida e o também cientista político Lucio Rennó — que escreveram o capítulo que trata do tema — afirmam que esquerda e direita acabam sendo identificadas a partir de percepções mais amplas, menos ligadas a aspectos econômicos que definem essas ideologias.

Duas décadas

Em 2002, quando o PT ainda não havia conquistado a Presidência, 38% disseram que ser de esquerda era fazer oposição, percentual que caiu para 23%. Ser de direita era ser situação há 20 anos para 40% — o que caiu para 22% na nova rodada da pesquisa.

Reprodução



Lula e Bolsonaro: diferentes percepções do eleitor

Cidadãos convergem em relação a temas econômicos

Há 20 anos, ser de esquerda remetia a “defender os pobres, o povo e o social” (19%) e “estar do lado errado (15%). Os índices passaram para 26% e 11%. Ser de direita era visto como “estar do lado certo e fazer as coisas certas” (24%) e “governar bem e pensar no bem comum” (11%) — na nova pesquisa, percentuais de 24% e 9%.

A direita é identificada a ideias relacionadas a ordenamento social e cumprimento de regras. Em temas econômicos, porém, como atuação do Estado na saúde, no socorro a empresas e taxação de produtos importados, as diferenças são pequenas entre os que disseram estar à esquerda ou à direita.

Mello 1

Ex-ministro do Supremo Tribunal Federal, Celso de Mello é taxativo ao condenar quem faz e apoia a retaliação ao país. À coluna, disse que quem concorda com Eduardo Bolsonaro, Paulo Figueiredo e Donald Trump “apoia, implicitamente, seus atos desleais contra o Brasil!”.

Mello 2

Aposentado desde 2020, quando deixou o STF, o advogado não economiza palavras para criticar ações bolsonaristas: “Trair a Pátria constitui um dos atos mais indignos, infamantes e vergonhosos que um brasileiro pode cometer contra a sua própria nacionalidade!”, diz.

Ratinho

Caso seja candidato ao Planalto, o governador do Paraná, Ratinho Júnior (PSD) — filho do apresentador Ratinho — não será o primeiro aspirante à Presidência ter um apelido com referência aos roedores. O pioneiro recebeu a alcunha de maneira pejorativa.

‘Rato’

Em 1945, o engenheiro Yedo Fiúza, ex-prefeito de Petrópolis (RJ), foi lançado candidato à Presidência pelo PCB. O já então influente e anticomunista Carlos Lacerda descobriu supostas falcatuas atribuídas ao político e, no Diário Carioca, passou a chamá-lo de “Rato Fiúza”.